



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000472-79.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Criminal da comarca de Braço do Norte

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: n. 8/2015

Período da correição: entre os dias 27-4-2015 e 26-6-2015.

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Karolina Oliveira Fontanela



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n.6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Braço do Norte

Unidade: Vara Criminal

Municípios integrantes: Braco do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero

Juiz titular: Klauss Correa de Souza

Chefe de cartório: Marco Antônio Tártare

Última correição por equipe da CGJ/SC: 0011571-51.2012.8.24.0600

Competência: Res. 26/2010 " [...]Art. 4º Compete ao Juiz de Direito da Vara Criminal:I - processar e julgar:a) as ações criminais e as execuções penais (Lei n. 5.624/1979, art. 93);b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/1995, arts. 60 e 61);c) as ações do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/2006); d) os procedimentos para apuração de ato infracional (Lei n. 8.069/1990, art. 103); ee) as ações cíveis de menor complexidade (Lei n. 9.099/1995, art. 3º).II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias criminais; e III – exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (Lei n. 5.624/1979, art. 93, § 1º)."Art. 2º As ações cíveis de menor complexidade (Lei n. 9.099/1995, art. 3º), atualmente em tramitação na 2ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte, serão redistribuídos à Vara Criminal, observado o disposto no art. 132 do Código de Processo Civil [...]"

Entrância: Final

Data da instalação/lei de criação: Lei Complementar 224/02 - 9-2-2009

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		3.052
1.1.2	Processos em andamento	1.414	
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.638	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		1.504
	Criminal – Genérico - Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do cartório	1	
1.1.4.2	Ag. Audiência	29	
1.1.4.3	Ag. Encerramento do ato	190	
1.1.4.4	Ag. Prazo	20	
1.1.4.5	Com classe alterada	1	
1.1.4.6	Cumprir - Urgente	3	
1.1.4.7	Cumprir audiência	26	
1.1.4.8	Escrivão	2	
1.1.4.9	Recebido Contadoria	44	
1.1.4.10	Recebido do Juiz	1	
1.1.4.11	Recebido do Juiz - Decisão	53	
1.1.4.12	Recebido do Juiz - despacho	88	
1.1.4.13	Recebido do Juiz - Sentença	24	
1.1.4.14	Recebido do Serviço Social	11	
1.1.4.15	Remetidos à Delegacia de Polícia	39	
1.1.4.16	Transação Penal	1	
	Execução Penal - processo		
1.1.4.17	Ag. Analise do Cartório	6	
1.1.4.18	Ag. Encerramento do Ato	7	
1.1.4.19	Ag. Prazo	2	
1.1.4.20	Inicial – Aberto/LC/restritiva/Sursis	1	
1.1.4.21	Livramento Condicional	4	
1.1.4.22	Petição Inicial – Ag. Digitalização	3	
1.1.4.23	Prestação/pecuniária	13	
1.1.4.24	Recebido do Juiz - Decisão	2	
1.1.4.25	Regime Aberto	18	
1.1.4.26	Regime Semiaberto	2	
1.1.4.27	Sursis	2	
	Juizado Especial Cível - Processos		
1.1.4.28	Ag. Análise do cartório	9	
1.1.4.29	Ag. Audiência	65	
1.1.4.30	Ag. Encerramento do Ato	297	
1.1.4.31	Ag. Prazo	14	
1.1.4.32	Cumprir Audiência	12	
1.1.4.33	Recebido Contadoria	4	
1.1.4.34	Recebido do Juiz - Decisão	2	
1.1.4.35	Recebido do Juiz - Despacho	115	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 122

1.1.4.36	Recebido do Juiz - Sentença	74	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.1.4.37	Ag. Análise do Cartório	7	
1.1.4.38	Ag. Audiência	76	
1.1.4.39	Ag. Encerramento do Ato	33	
1.1.4.40	Ag. Prazo	29	
1.1.4.41	Com Classe Alterada	1	
1.1.4.42	Cumprir -Urgente	1	
1.1.4.43	Cumprir Audiência	24	
1.1.4.44	Recebido do Juiz – decisão	24	
1.1.4.45	Recebido do Juiz - despacho	63	
1.1.4.46	Recebido do Juiz - Sentença	40	
1.1.4.47	Recebido do Serviço Social	9	
1.1.4.48	Remetidos à delegacia de Polícia	69	
1.1.4.49	Transação Penal	17	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Ministério Público	246	125
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 16-7-2015.			
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 25-11-2013			



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	6.223
1.2.2	Processos em andamento	4.529
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.925
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	1.694
1.2.5	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015.		

PROCESSOS EM CARGA

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	170
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	1 0
1.2.8	Distribuição	1 0
1.2.9	Juiz (Klauss Corrêa de Souza – Titular e Rodrigo Barreto)	514 71
1.2.10	Ministério Público	54 4
1.2.11	Serviço Social	4 4
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.12	Advogado	94 65
1.2.13	Delegacia de Polícia	29 24
1.2.14	Outros	2 2
1.2.15	Observações	
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015.		

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.16	Janeiro a dezembro de 2013	2.641	220
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2014	2.285	190
1.2.18	Janeiro a junho de 2015	922	154
1.2.19	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	61	5
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		6	2
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		17	3
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		14	1
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		26	10
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		3	1
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		154	134
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	300	319
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 20-4-2015. b) Segunda verificação em 16-7-2015 c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
Atendimento					
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	10	5	9	3
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.3.11.2	Cartório - aguardando	23	23	24	23
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	27	26	26	23
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	128	119	96	86
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	8	1	12	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	94	81	95	68
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	636	553	170	137
1.3.11.8	Cartório - arquivar	0	0	0	0
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	2	1	1	1
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	1	1	1	1
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	110	45	124	35
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	8	7	9	5
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	9	0	22	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	190	176	87	58
Expedição/cumprimento					
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	1.014	768	1.187	1.046
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	21	11	9	8
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	4	2	2	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
Organização/juntada					
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	7	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	125	70	43	25
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	149	141	142	139
1.3.11.26	Observações				
a) Primeira verificação em 20-4-2015.					
b) Segunda verificação em 16-7-2015.					
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".					



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	54	6
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		1.418	1.254
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		366	314
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		446	428
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		2	1
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		4	0
1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	54	49



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	6.655	5.419
	Petição intermediária		1.014	494
	Peticionamento eletrônico		66	48
	Mandados		166	63
	AR		35	30
	Execução de sentença		2	2
	Incidente processual		0	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		664	643
	Pauta de audiências		368	289
	Carga		150	100
	Cartas recebidas		371	361
	Processo		1.938	1.934
	Recurso		0	0
	Usuário	1.881	1.455	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		60	65
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		0	0
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		22	29
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 20-4-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 60 processos, nenhum apresenta registro de local físico "arquivo central" e 60 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 16--7-2015 b.1) Item 1.4.9: dos 65 processos, 1 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 64 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	-	153
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2014, 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2010 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011, nos Juizados Especiais.		0	469
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		-	28
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2011.		-	Não se aplica
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		206	196
1.5.6	Observações			

a) Primeira verificação em 20-4-2015.

a.1) Item 1.5.2: embora a meta estabelecida pelo CNJ esteja cumprida, há ainda 230 processos pendentes de julgamento para que sejam atingidos 100% dos processos distribuídos até 31-12-2010. Até a edição da nova fórmula de cálculo, a consulta não abrange os processos distribuídos no ano de 2011.

a.2) Itens 1.5.3 e 1.5.4: no momento não é possível a extração dos referidos relatórios.

a.3) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. Em decorrência de inconsistência do sistema não foi possível consultar o número de registros referentes às ações do júri.

b) Segunda verificação em 17-7-2015.

b.1) Itens 1.5.2 e 1.5.3: dados do mês de junho de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

b.2) Item 1.5.5: mês de referência: junho/2015. O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. Em decorrência de inconsistência do sistema não foi possível consultar o número de registros referentes às ações do júri.



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 20-4-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 7-4-2015. a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 1.037 registros de processos e 2.599 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no SNBA, a exemplo 0004449-50.2008.8.24.0010. a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados. b) Segunda verificação em 17-7-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 1-7-2015. a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 1.092 registros de processos e 2.695 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SNBA, verificou-se que o processo 0004449-50.2008.8.24.0010 pendem de cadastro desde o período da primeira verificação. a.3) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.		



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 23 de julho de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Karolina Oliveira Fontanela
Assessora Correicional - M23561